



## Manifestação do Pregoeiro – Julgamento do Recurso Administrativo

Processo Administrativo nº 2609/2025

Pregão Eletrônico nº 042/2025

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS (MERENDA ESCOLAR)

Recorrente: CRN COMERCIAL LTDA – CNPJ 50.038.750/0001-20

Trata-se de recurso interposto pela empresa CRN COMERCIAL LTDA, em face de sua inabilitação no Pregão Eletrônico nº 042/2025, motivada pela ausência de apresentação do **Certificado de Vistoria dos veículos destinados ao transporte dos alimentos, emitido pela Vigilância Sanitária competente**, exigido no **item 9.3.12 do Edital**.

Em síntese, a recorrente alega que a exigência de tal certificado não poderia ser imposta na fase de habilitação, defendendo que o documento somente deveria ser apresentado após a contratação, por se tratar de requisito vinculado à execução do objeto.

Contudo, razão não assiste à recorrente.

Conforme expressamente previsto no edital, o referido certificado integra o rol de **documentos de habilitação técnica**, indispensáveis à comprovação da aptidão do licitante para o adequado transporte dos gêneros alimentícios. O instrumento convocatório, em seu **item 9.3.12**, estabeleceu de forma clara e objetiva a necessidade da apresentação do documento como condição para habilitação.

Nos termos do art. 63 da Lei nº 14.133/2021, a Administração pode exigir documentos que comprovem a qualificação técnica dos licitantes, desde que indispensáveis à garantia do cumprimento do objeto. Considerando tratar-se de fornecimento de gêneros alimentícios com necessidade de transporte adequado, o certificado de vistoria emitido pela Vigilância Sanitária revela-se documento essencial para atestar previamente que a empresa dispõe das condições necessárias ao cumprimento da obrigação contratual, não se configurando excesso ou desproporcionalidade.

Cumprido salientar que eventual inconformismo da recorrente quanto às regras editalícias deveria ter sido manifestado no momento oportuno, por meio do prazo para impugnação ao edital, previsto na legislação e no próprio instrumento convocatório. Não tendo havido impugnação nesse sentido, opera-se a preclusão, sendo vedada a modificação das regras editalícias após a fase de lances e habilitação.

Dessa forma, ao impugnar a exigência apenas em sede recursal, a recorrente desconsidera o **princípio da vinculação ao instrumento convocatório** (art. 5º da Lei nº 14.133/2021), bem como a isonomia entre os licitantes que atenderam integralmente às exigências editalícias.

Assim, estando clara a previsão do edital, regularmente publicado, e não tendo a recorrente apresentado o documento exigido, a decisão que declarou a sua inabilitação deve ser mantida.

### Conclusão

Diante do exposto, **opino pelo não provimento do recurso interposto pela empresa CRN COMERCIAL LTDA**, mantendo-se a decisão de inabilitação proferida em sessão pública.



Diante disso, encaminhem-se os autos à Procuradoria Geral do Município para ciência e pronunciamento quanto ao presente julgamento, e, na sequência, ao Gestor da Pasta requisitante para decisão final quanto ao recurso interposto.

Sumidouro, 29 de agosto de 2025.

Thiago Bandeira de Gouvêa Marques  
Pregoeiro